

GT 15 – Educação Especial**A SITUAÇÃO DO PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS NAS ESCOLAS DE
JOÃO PESSOA/PB**

Sandra Alves da Silva Santiago (UFPB)
Joeliton Francisco Sousa de Paulo (UFPB)

INTRODUÇÃO

Abordar o tema sobre a atuação do profissional intérprete da Língua de Sinais no ambiente escolar é de fundamental importância, haja vista, que tal profissional vem contribuindo de forma significativa na mediação entre pessoa surda/ouvinte ou ouvinte/surda. Sendo assim, é pertinente conhecermos como vem se dando esse processo em pleno século XXI. Portanto, para iniciarmos a seguinte reflexão, é importante fazermos uma breve retrospectiva e observar que esta temática vem sendo discutida na atualidade por estudiosos como Quadros (2011), Damázio (2007) e profissionais intérpretes que vêm abraçando tal discussão.

Se remontarmos na história, veremos que a questão educacional do surdo foi marcada pela exclusão e pela negação de seus direitos linguísticos e de acessibilidade. Diante disto, é evidente destacar que atualmente este direito foi garantido às pessoas surdas em território Brasileiro pelo reconhecimento da Lei nº 10.436 em abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e com sua regulamentação pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que trouxe consigo a importância do profissional intérprete de Libras e da Língua Portuguesa.

Posterior a estes meios legais encontramos a lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que coloca em pauta a formação do profissional intérprete, trazendo um reconhecimento e valorização deste profissional. Neste caso, destaca que a atuação deste profissional é de fundamental importância para a inclusão da pessoa surda, pois considera estes usuários nativos da Língua de Sinais.

Percebemos que a situação que envolve a pessoa surda tem um teor ainda mais preocupante, haja vista, que dentre as barreiras enfrentadas pelos mesmos está a de carácter linguístico. Diante disto, analisaremos a atuação do profissional intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras e sua visão frente à inclusão dos educandos surdos no ambiente das Escolas consideradas de referência na cidade de João Pessoa – PB.

O presente trabalho voltar-se-á para o estudo do fenômeno da inclusão de alunos surdos e a atuação dos intérpretes de Libras. Sendo assim, buscando compreender a partir da diferença linguística e dos aspectos que envolvem os instrumentos de acessibilidade para surdos, onde o intérprete de libras assume um papel importantíssimo.

QUEM É O PROFISSIONAL INTÉRPRETE DE LIBRAS?

O profissional intérprete da Língua Brasileira de Sinais é uma pessoa habilitada, ou seja, fluente nesta Língua e que por sua vez tem a capacidade de atuar em duas formas de interpretação: simultânea e consecutiva. Na interpretação simultânea o intérprete de Libras busca em tempo real transmitir a informação que está sendo passada. No tocante a interpretação consecutiva, o mesmo busca em um curto espaço de tempo passar a informação desejada. Vale destacar que: “a tradução envolve a modalidade escrita e pelo menos uma língua envolvida no processo” (BRASIL, 2007, p.49).

Nesse contexto, buscamos esclarecer que o papel do profissional intérprete vem a ser o de mediador na comunicação entre surdos e ouvintes. O intérprete de Libras pode atuar em diferentes ambientes: escolas, hospitais, eventos, etc., desde que se faça necessário sua presença para atuar frente à comunicação entre surdos e ouvintes.

Como a profissão de intérprete de Libras é um tanto recente, ainda há muitas confusões a respeito da atuação deste profissional. A maioria delas tem origem na própria história do surgimento da profissão. Segundo Quadros(2011), os intérpretes começaram a atuar no Brasil, marcados pelo viés religioso ou caritativo, iniciados por volta dos anos 80. Neste contexto, os intérpretes de Libras eram membros de alguma denominação religiosa que buscavam ajudar os fiéis surdos na compressão de textos bíblicos ou nos rituais religiosos. Estes intérpretes de Libras, na sua origem, se constituam em parentes ou amigos de pessoas surdas que faziam o “trabalho” sem remuneração, e até mesmo como uma “missão”, doação, caridade para com o grupo. Neste contexto social, a ideia do direito do surdo à informação e participação social não eram mais que fagulhas no imaginário de alguns visionários.

Na atualidade esta ideia está, de certo modo, superada, pois já existem dispositivos legais que asseguram o direito dos surdos e a profissionalização do intérprete. Entretanto, ainda sobrevive, especialmente entre surdos e ouvintes desinformados, uma ideia equivocada sobre o papel do intérprete. Alguns acham que cabe ao intérprete resolver todos os problemas dos surdos e assumir suas responsabilidades sociais, acadêmicas, etc. Aqui, defendemos que o papel do intérprete é tão somente de “mediar a comunicação”.

Nestas reflexões queremos nos reportar especificamente ao intérprete escolar, destacando nesta forma de mediação, a necessidade de uma postura ética frente à sala de aula onde está atuando, sem mascarar as necessidades dos educandos surdos, mas favorecendo sua inclusão.

De acordo com a Lei nº 12.319/2010, a formação do intérprete de libras em nível médio, deve ser realizada por meio de curso com reconhecimento em educação profissional, cursos de extensão em Universidades, como também através de cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

No tocante à proficiência na língua, de acordo com a legislação brasileira, a mesma pode ser verificada através do Exame Nacional de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras – Língua Portuguesa/PROLIBRAS, que será promovida até o dia 22 de dezembro de 2015.

O intérprete escolar deve participar do planejamento escolar junto ao professor ou professores da turma onde atua. O objetivo é que ao participar do planejamento, o intérprete possa auxiliar o professor dando sugestões a respeito de atividades que favorecem a participação do aluno surdo. Por outro lado, participando do planejamento, o intérprete de libras pode se familiarizar com o conteúdo, conceitos, expressões, etc. que necessitara utilizar durante a interpretação em sala.

Quando o intérprete não participa do planejamento enfrenta maiores dificuldades no processo de interpretação simultânea ou consecutiva, pois o desconhecimento do assunto pode inviabilizar que a informação seja passada corretamente ao surdo.

Sempre que possível, o intérprete deve buscar de forma harmoniosa trazer algumas explicações de sua função enquanto profissional, sobre a cultura surda, sobre o conhecimento da libras, dentre outras informações que interferem na sua profissão. Tais informações devem ser prestadas tanto para o professor que está sendo apoiado em sala de aula, quanto aos demais profissionais da escola.

PESQUISANDO A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS NAS ESCOLAS

O presente trabalheve como respaldo uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, se constituindo de caráter explicativo e exploratório que se realizou junto a um conjunto de escolas de referência do Município de João Pessoa– PB denominadas como Escolas Polos - EPs.

Identificamos 09 (nove) escolas de referência que possuem surdos matriculados na cidade de João Pessoa e com estas informações, realizamos uma pesquisa junto aos intérpretes a fim de analisar as condições de trabalho destes profissionais.

O quadro geral de intérpretes e surdos por escola é o seguinte:

Quadro 1: Quantidade de intérpretes de Libras por Escola.

ESCOLA	QUANTIDADE DE INTÉRPRETES	QUANTIDADE DE SURDOS
Escola A	02	03
Escola B	03	07
Escola C	01	01
Escola D	13	42
Escola E	04	09
Escola F	02	07
Escola G	05	09
Escola H	05	07
Escola I	06	09
Total	41	94

Fonte: quadro elaborado pelos autores.

É importante notar que a quantidade de surdos por escola, em alguns casos, embora parece pequeno quando comparado com o número de intérprete não traduz em realidade, pois muitas vezes estes surdos se encontram matriculados em turnos diferentes e em turmas diferentes. Desse modo, salientamos, que identificamos algumas salas de aula que possuem surdos matriculados, mas que não dispõem do profissional intérprete de Libras.

Nas nove escolas, identificamos 47 turmas que possuem surdos matriculados, o que exigiria uma demanda de 47 intérpretes de libras. No entanto, temos no total 41 intérpretes atuando, o que significa que alguns estudantes surdos não dispõem de intérprete na escola.

De modo geral, o principal aspecto que chama nossa atenção é o baixo número de intérpretes de Libras nas escolas, mesmo elas se constituindo em escolas de referência para surdos. Neste aspecto, cabe destacar que pelo fato dos alunos surdos se encontrarem em diferentes séries e turnos, tal realidade faz com que a necessidade de intérpretes seja muito

grande. Na prática, o que se observa, no entanto, é que alguns estudantes surdos não dispõem do serviço de intérprete em sala, nem fora dela, para quaisquer outras necessidades.

A ausência de intérpretes nas escolas de referência é, no mínimo, estranho, além de descumprir o que defende a legislação brasileira para a inclusão de surdos. Tais reflexões, no momento não será alvo de nosso texto; deixamos para outro momento. Por ora, nos interessou investigar junto aos intérpretes que estão atuando, algumas condições para garantia de um trabalho de qualidade. Para isso, realizamos a entrevista semiestruturada.

RESULTADO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Elaboramos algumas questões que foram apresentadas aos intérpretes a fim de esclarecer as condições de trabalho deste profissional no âmbito escolar. Dados iniciais para caracterização do grupo, como: a faixa etária, formação inicial e continuada e tempo de atuação nos pareceram relevantes.

Quanto a faixa etária identificamos intérpretes entre 20 e 52 anos atuando nas escolas de referência. Portanto, se percebe que tais dados podem revelar outros aspectos, tais como: tempo de experiência na área e maior qualificação profissional, por isso são importantes para nossa análise.

No tocante a formação, tais dados serão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2: Formação inicial dos intérpretes de libras

CURSO DE FORMAÇÃO	QUANTITATIVO DE INTÉRPRETE
Pedagogia	10
Webdesing	01
Letras/Libras	06
Letras/Português,	03
Psicopedagogia	01
Geografia	01
Teologia,	01
Administração de Empresa	01
Ciências da Computação	01
Biologia.	01

Fonte: dados da pesquisa

Pode se observar no quadro acima que a maioria dos profissionais possuem formação em áreas muito distintas e que nada tem a ver com sua atuação profissional. Apenas 06 intérpretes de libras graduandos em Letras/libras.

No que se refere à formação continuada, encontramos cursos das diferentes áreas do conhecimento, tais como: Psicopedagogia, Educação Inclusiva, Libras, Educação Especial e

Surdez foram alguns citados. Na formação continuada vemos, de fato, uma formação mais específica na área.

No tocante a frequência em cursos específicos na área de interpretação em libras, todos os intérpretes afirmaram ter participado de capacitação oferecida pela rede que coordena as escolas de João Pessoa- PB. Além deste, todos os intérpretes afirmam possuir outros cursos de Libras, oferecido por instituições como, por exemplo, a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD. Tais dados revelam que tem sido na formação continuada que estes profissionais estão buscando os conhecimentos necessários para a atuação na área, inclusive como uma forma de compensar o que não tiveram na formação inicial.

Quanto ao tempo de atuação como intérprete, obtivemos os seguintes dados:

Quadro 3: Tempo de atuação como Intérprete de Libras

Maior tempo de atuação como intérprete de Libras:	20 (vinte) anos.
Menor tempo de atuação como intérprete de Libras:	2ª semana de atuação

Fonte: Elabora pelos autores

Percebe-se no quadro acima que a experiência não é um dado exigido para atuar como intérprete de libras nas escolas de referência de João Pessoa, por isso a variação é tanta, indo de poucas semanas a anos. Este dado nos parece preocupante, pois, de algum modo não tem sido avaliado o desempenho do intérprete para sua contratação.

A partir destas informações, buscamos identificar, ainda, se os profissionais tinham outras experiências em escola, o que poderia indicar maior experiência com a questão escolar de estudantes surdos. Os resultados revelaram que os intérpretes já tinham tido experiência como: Professora do atendimento Educacional Especializado – AEE, professora de sala regular, professora polivalente, professora de disciplina nos anos iniciais e finais do ensino médio, instrutora de informática, secretária escolar, professora da EJA e inspetora. De certo modo, esta aproximação com a escola, especialmente na condição de professora nos parece ser relevante para o entendimento do papel do intérprete de libras na escola.

Na questão seguinte, buscamos analisar como os intérpretes de libras avaliam a presença dos alunos com deficiência na escola. Nas respostas, observamos elementos que cabe destacar, conforme na fala a seguir:

“Vejo que eles são bem cuidados e vejo como algo interessante, por que os demais alunos ficam curiosos querendo interagir com os alunos com deficiência”.

Outro intérprete destaca:

“É de fundamental importância para formação dos alunos”.

E outro ainda, salienta:

“Eu acho legal por que diminui o preconceito” (SIC).

Dando sequência a entrevista, buscamos identificar quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos com deficiência dentro da escola e quais os benefícios trazidos. Em relação às dificuldades, os relatos nos apontam para o fato de não ter atividades específicas para os alunos com deficiência, por alguns professores tratarem os alunos com deficiência de forma a ser um “paternalismo”, a não aceitação dos pais que seu filho é uma pessoa com deficiência, os alunos surdos chegam à turma posterior com o conhecimento defasado e sem conhecimento da Libras.

No que diz respeito aos benefícios que os alunos com deficiência trazem para escola, os intérpretes de Libras nos relataram que existe o aprender a lidar com os diferentes sem nenhum preconceito, o aprendizado da língua de sinais por parte dos ouvintes, a interação e comunicação entre os alunos na escola, a desmistificação do preconceito, a contribuição dos alunos com deficiência para desenvolvimento profissional.

Nesta mesma discussão, buscamos saber se os intérpretes já tiveram contatos anteriores com alunos com deficiência e em específico com alunos surdos. Desde modo, obtivemos o resultado de que, em sua maioria os intérpretes tiveram contato com pessoas surdas.

Outra questão que buscamos analisar deu-se em relação ao Projeto Político Pedagógico – PPP da escola. Sobre esta questão, identificamos apenas (02) dois dos intérpretes que tem conhecimento de tal documento, e se no mesmo estão previstas ações de inclusão e em específico para os alunos surdos. Segundo os intérpretes que tem conhecimento do PPP, as ações previstas para os alunos com deficiência, referem-se a explicações sobre algumas patologias, tipo de avaliação e como trabalhar com o aluno com deficiência. Para os alunos surdos, existe a feira de libras, que vem sendo desenvolvida há dois anos em uma das escolas, esta feira é voltada para os alunos surdos, porém abrange toda a escola.

Como as escolas eram consideradas escolas de referência, nomeadas como Escolas Polos – EPs, Buscamos compreender junto aos intérpretes o significado deste tipo de escola. As respostas dos intérpretes revelaram o apresentamos no depoimento a seguir:

“É uma escola de referência para pessoas com deficiência, por ter sala do AEE, por agregar profissionais que devem ser habilitados para trabalhar especificamente e diretamente com os alunos de diversas necessidades especiais, agrupa todas as deficiências”.

Outro intérprete acrescentou:

“Por ter uma demanda grande de deficientes e ser uma escola com suporte para atender alunos com deficiência física ou intelectual entre outras características” (SIC).

Diante dos relatos é possível observar que existe uma confusão sobre o entendimento por parte dos intérpretes em relação ao que significa e diferencia uma escola de referência ou escola polo. Certamente este tipo de confusão pode comprometer o papel da escola, pois se os profissionais que compõem a escola não conhecem seu significado, como fazê-lo realidade para os estudantes surdos.

Em seguida a esta questão, tomamos como análise saber se nas escolas envolvidas na pesquisa, possui algum projeto de inclusão e se o mesmo atende as necessidades dos alunos surdos. Nesta questão foi possível observar que 50% dos intérpretes entrevistados têm conhecimento sobre o projeto de inclusão desenvolvido em sua escola, tais como: Coral de surdos, curso de libras para os professores, a proposta no processo de avaliação em parceria com os professores, sala do AEE, feira de libras, etc. No entanto, os outros 50% desconhecem qualquer projeto que tenha a inclusão como meta. Portanto, metade dos intérpretes das escolas polos nos revela que não há projeto inclusivo nas escolas de referência.

Outro aspecto investigado foi se há participação dos profissionais intérpretes de Libras no planejamento escolar. Os resultados foram bastante desanimadores, pois eles revelaram que raramente participam nos planejamentos escolares, dando opinião no que diz respeito ao ensino dos alunos surdos. Destacamos alguns relatos:

“Difícilmente participamos dos planejamentos, participamos do conselho de pessoas especiais que neste caso é um debate para saber o processo dos alunos surdos e os demais alunos com deficiência”.

“Antes éramos obrigados a participar, mas este ano temos reuniões separadas dos professores. Esta é uma das dificuldades do planejamento, por que não

temos conhecimento do que o professor irá trabalhar na sala de aula. O planejamento dos intérpretes e cuidadores são separados dos professores, e, contudo temos voz para participar em conjunto com a escola nas reuniões. Mas, a decisão é tomada pela diretora”.

Esta é uma questão muito preocupante, pois tem repercussões diretas na atuação do intérprete. O intérprete escolar precisa planejar junto ao professor, e acompanhar de perto os objetivos que os professores têm para toda a turma, a fim de adaptar sua prática e favorecer a participação do aluno surdo. Mas, na prática das escolas de referência, os intérpretes não interagem com os professores e não sabem o que será ensinado naquele dia, semana ou mês.

Ainda investigamos a questão da comunicação do aluno surdo com a comunidade escolar. Os resultados demonstram o seguinte:

Quadro 4: Comunicação entre estudantes surdos e a comunidade escolar

COMUNICAÇÃO	COMUNIDADE ESCOLAR
Gestual, mímica	Com professores, colegas
Mediado pelo interprete	Com professores e demais profissionais da escola
Língua de sinais	Com os intérpretes
Nenhuma	Com a direção, equipe técnica

Fonte: dados da pesquisa

Diante dos relatos, observamos que em sua maioria os intérpretes ficam com total responsabilidade pela comunicação entre surdos e ouvintes, e que mesmo alguns professores buscando adaptar provas e utilizando algumas metodologias, existe a falta de comunicação entre alguns professores e alunos surdos, o que compromete a inclusão do estudante surdo.

Partindo para um dos pontos principais, que neste caso refere-se à atuação do profissional intérprete de Libras em sala de aula, buscamos investigar como é o convívio entre os professores e os intérpretes das Escolas polos no dia a dia. De acordo com as repostas dadas, constatamos que existe uma boa relação entre ambos, e que os intérpretes buscam se posicionar quando necessário, buscando assim, sempre um laço de amizade com os professores. Mas, o espaço pedagógico dedicado aos intérpretes ainda é pouco. Em alguns dos relatos, os intérpretes expressam o seguinte:

“Bom, eu sempre pergunto antes qual é o assunto que o professor vai trabalhar em sala de aula para que eu possa ter um conhecimento”.

Outros salientam:

“Com alguns professores a relação é boa, com outros temos dificuldade em organizar o material para ser trabalhado em sala de aula”.

Alguns destacam o seguinte:

“Nossa relação é boa, o único problema é a falta de planejamento, que nesse caso eu não tenho nenhum conhecimento do que o professor irá trabalhar em sala de aula” (SIC).

No tocante à ação, atividades ou projeto que desenvolva o ensino da Libras dentro da escola, identificamos na fala dos intérpretes que em algumas escolas já há aula de Libras ministradas em sala de aula por professor (a) surdo (a), e também cursos/oficinas de Libras para profissionais da escola, pais e comunidade. Tal fato se reveste numa ação importante para a inclusão do surdo.

Na questão seguinte, buscamos saber o que significa inclusão e se os intérpretes consideram as escolas onde atuam inclusivas. Dentre as repostas sobre o que seria inclusão estão:

“É a capacidade dos deficientes em fazer as mesmas coisas que os demais não deficientes”.

Um dos intérpretes destacou que a inclusão é:

“Colocar os alunos surdos no meio social, é fazer parte, é ser aceito, é está dentro do contexto da própria escola e se sentir aluno com seus direitos e deveres por igual”.

Outro intérprete destacou que:

“É incluir algo ou alguém que está fora ou a margem de um determinado conceito e estilo de vida, acho que a maioria das pessoas acha que inclusão é apenas colocar junto, inserido. Mas inclusão vai além, é ser um pouco de tudo. Ao exercermos a profissão temos que sermos amigos, pais e temos que sermos fortes em alguns momentos”.

Para outros intérpretes de Libras, a inclusão:

“É uma promessa de mudança”.

“É uma questão de aceitação, afeto, preocupação, das necessidades que eles têm, é viver com os demais”.

“inclusão é tornar o diferente igual”.

Alguns destacam no entendimento sobre a inclusão o aspecto da mudança, do processo que está se construindo. Eles dizem:

“Inclusão é algo que ainda está caminhando”.

“A inclusão veio para mudar a mente dos professores, ou seja, mudar o sistema educacional”.

“Inclusão significa igualdade de direitos, por que quando eu incluo uma pessoa eu dou direitos iguais, sem haver predileção”.

No que diz respeito a considerar se a escola onde atua é inclusiva, os intérpretes que concordaram que a mesma seja inclusiva justificaram da seguinte forma:

“É inclusiva por que tem todo tipo de deficiência e também está visando a progressão do aluno independentemente do nível que eles estejam”.

“É inclusiva porque os profissionais estão empenhados; é uma escola que abarca várias deficiências e busca trabalhar da melhor forma”.

Outros ainda demonstram pouco entendimento sobre o que é a inclusão e qual seu papel junto ao aluno com deficiência, confundindo “direitos” com “privilégios”, conforme podemos perceber na resposta a seguir:

“É inclusiva, porque o que os alunos com deficiência querem fazer, eles fazem, esta escola é igual a uma mãe, aceita a todos com amor e carinho e também o diretor busca acolher a todos”.

Outros ainda relacionam a inclusão à matrícula na escola, conforme vemos na próxima resposta:

“É inclusiva, porque toda deficiência que aparece a escola aceita”.

Infelizmente, segundo os relatos, o sentido da inclusão nem sempre é compreendido pelos profissionais diretamente responsáveis pelo processo. Nas respostas é possível observar que existe uma grande confusão por parte dos intérpretes de Libras, a respeito do quem vem a ser de fato uma escola inclusiva para surdos.

Somente uma minoria dos intérpretes afirma que a escola onde atuam não é inclusiva, e justificam que se trata de uma escola “adaptada”. Pautado nesta resposta, buscamos identificar se os intérpretes consideram que os alunos surdos estão incluídos. A maioria dos intérpretes responde que sim, pois, “a escola está sempre visando o progresso dos alunos surdos”, “por eles terem seus direitos e deveres”, “por que estão em sala de aula e participam de todas as atividades”. No entanto, os mesmos intérpretes que não consideram a escola inclusiva, destacam que não consideram que os alunos surdos estejam incluídos, conforme se observa na fala a seguir:

“Eu diria que eles eram incluídos se participassem de tudo na escola e que tivesse oficinas para o aprendizado da Libras”.

“Os alunos estão dentro da escola, mas não incluídos, a escola encontra-se longe da realidade deles”.

A partir da resposta destes intérpretes que não consideram a escola inclusiva, questionamos que escola eles sugerem para os surdos para que eles possam ser incluídos. Estes intérpretes responderam que o processo de educação dos surdos precisa ser bilíngue, onde “o aprendizado da Libras deveria acontecer como L1 (primeira língua) e do Português na condição de L2 (segunda língua)”. Com esta resposta os intérpretes demonstram ter informação mais aprofundada sobre a inclusão de surdos e as lutas que os estudantes surdos vêm travando no cenário educacional brasileiro. Infelizmente, este comprometimento e conhecimento da área não se verificam com todos os intérpretes, nem com a maioria deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos revela que o que vem sendo defendido em território nacional pela política de educação inclusiva, não é cumprida no cotidiano das escolas de João Pessoa. E, ainda que no tocante à educação de surdos há, ainda, muitas lacunas que comprometem a qualidade da educação ofertada a esta parcela da população, que há anos amarga uma história de exclusão social e educacional.

Sobre a atuação do profissional intérprete de Libras, entendido neste estudo, como o profissional com grande responsabilidade no processo de inclusão do estudante surdo identificamos que sua formação está longe de atender às necessidades do alunado que ele se responsabiliza, pois são contratados profissionais das mais diferentes áreas e com pouca ou nenhuma experiência em interpretação em sala de aula. Além disso, vemos na realidade de

João Pessoa, número insuficiente de intérpretes para atender a demanda de surdos matriculados.

Quanto ao processo de mediação assumido pelo intérprete de libras junto aos sujeitos surdos e a comunidade escolar, evidencia-se que toda a responsabilidade comunicacional é atribuída ao intérprete, ocorrendo certa desresponsabilização dos demais membros da escola com a inclusão de surdos.

Quanto à participação pedagógica dos intérpretes no planejamento escolar observamos que ainda é falha, pois os professores não valorizam as informações, sugestões, enquanto outros sequer convidam para participar deste momento tão importante na definição das ações que serão desenvolvidas nas salas de aulas, e sob as quais, deve o intérprete mediar.

A partir da pesquisa realizada foi possível observar que os intérpretes que atuam nas EPs em João Pessoa, encontram-se um pouco confusos quanto a visão de inclusão reclamada pelos estudantes surdos. Entendemos que muitas lacunas estão na formação inicial, mas, acreditamos que outra parte deste equívoco é fruto da própria política de inclusão de surdos que busca se implantar nas escolas de João Pessoa, pois estas não estão em consonância com os interesses e reivindicações da comunidade surda.

Sendo assim, é pertinente dizermos, que a formação deste profissional está deficitária, e que isso compromete seu desempenho ético, político e técnico. Uma mudança nesta direção será de grande contribuição no processo de inclusão de surdos, fazendo com que os intérpretes de libras possam ser de fato mediadores da relação ensino – aprendizagem dos educandos surdos.

Esperamos que novos estudos e pesquisas nesta área possam elucidar o papel do profissional intérprete de libras, favorecendo que as redes de ensino considerem tais contribuições para o posicionamento de novas práticas, mais comprometidas com as necessidades dos estudantes surdos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Libras, lei nº 10.436**. Brasília/SEESP, 2002.

_____. **Lei que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 8 de Janeiro de 2014.

_____. **Decreto N.º 5626.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado / Pessoa com Surdez.** Brasília: MEC/SEESP/SEED, 2007.

QUADROS, Ronice M. de. **O tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de sinais e Língua Portuguesa.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.